

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 12ª DO ANO DE 2025.

Aos onze (11) dias do mês de agosto (08) de dois mil e vinte e cinco (2025), às 19 h, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a presidência da Vereadora Vanderleia Maria Rosa Rodrigues, que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Héber Silva de Souza (Hebinho), Wallef Mendes de Oliveira (Wallef Goleiro), Julierme Costa de Almeida, Marven Menezes Lins, Jarmas de Almeida Leite (Fifi), José Manoel Lopes da Silva, Janaina Luzia Oliveira Pimentel Passalini (Janaina Beline) e Pedro Paulo Silva de Souza (Paulinho do Zuza). Havendo número legal, a Presidente declarou abertos os trabalhos da presente sessão e convidou a todos para a execução dos hinos nacional e municipal. Dando prosseguimento, a Presidente determinou ao 2º Secretário, vereador Hebinho, proceder a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada pelos presentes. Logo após a Presidente convidou o Pastor Luiz Carlos para trazer uma palavra de fé. **Pequeno Expediente:** Comunicado do Grupo Alcoólicos Anônimos. **Ordem do Dia: Mensagem de Veto nº 01/2025** ao Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do vereador Marven, que “Dispõe sobre a Criação do Programa de Orientação, Acolhimento e apoio Psicossocial às mães atípicas no âmbito do Município de São José do Calçado”. Ao ser colocada a mensagem do veto em discussão, o vereador Marven pontuou alguns artigos de seu projeto e defendeu que suas sugestões não geram despesas para o município, argumentando que o Executivo poderia se utilizar das secretarias municipais e dos profissionais já contratados para atender essa demanda. Submetido a votação, o **Veto foi mantido** com 7 (sete) votos favoráveis dos vereadores: Hebinho, José Manoel, Julierme, Pedro Paulo, Wallef, Fifi e da Presidente. Manifestaram-se contrários os Vereadores Marven e Janaina. O Vereador Marven pediu a palavra à Presidente, agradeceu a empatia da vereadora Janaina com relação a

necessidade do projeto e explanou aos vereadores que o destino da melhoria de Calçado está nas mãos dos pares desta Casa. Disse também que num projeto dessa magnitude, não é momento para política e que têm mandatos independentes. Demonstrou sua decepção por não ter havido nenhuma justificativa dos nobres colegas, de algo que pudesse ter sido agregado ou modificado no projeto, para que assim, pudessem ter derrubado o veto. Leitura do **Projeto de Lei nº 065/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico no município de São José do Calçado-ES, e dá outras providências”. Levado a votação o projeto foi **aprovado por unanimidade**. Dando seqüência foi feita a leitura do **Projeto de Lei nº 062/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a redação da Lei Municipal nº 2.544/2025, que dispõe sobre a instituição do conselho de avaliação, levantamento e localização de inventário patrimonial de bens móveis e imóveis do município de São José do Calçado, e dá outras providências”. A Presidente colocou o projeto em discussão e o Vereador Hebinho solicitou que após deliberação do plenário, o projeto fosse colocado em estudo. Explicou que o motivo para esse pedido é que quando votaram esse projeto, fizeram uma emenda solicitando a publicação semestral do relatório do conselho e na nova redação foi revogado todo o inciso I, o que em sua opinião julga importante, pois já receberam uma notificação do Tribunal de Contas sobre os inventários, então, essa é uma forma de fiscalizarem como está sendo gerido o patrimônio da Prefeitura. Em seguida a Presidente consultou o plenário e foi aceito pelos pares que o projeto ficasse **em estudo**. **Projeto de Lei nº 056/2025**, que “Dispõe sobre a concessão de adicional de insalubridade aos servidores públicos no município de São José do Calçado, na forma que especifica, e dá outras providências”. Ao ser colocado em discussão, o vereador Marven mencionou que a Lei nº 2.490/25, que trata sobre as contratações, em seu artigo 3º, já cita sobre as obrigações do pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade. Face a isso, disse não ter entendido o projeto do executivo, por já haver uma norma vigente, e perguntou aos pares se é alguma alteração que está sendo feita. O vereador Wallef disse que também tinha essa dúvida e foi informado que existem servidores com o benefício da

insalubridade calculado em cima do salário mínimo, o que é inconstitucional, e outros, em cima do seu salário base e, portanto, esse projeto vem para regulamentar essa questão. Complementando, o vereador Hebinho disse que no início do ano aprovaram o modelo de remuneração dos servidores, e que essa lei vem para regulamentar a insalubridade dentro daquele projeto. Explicou que com essa mudança, o cálculo será padronizado a partir da tabela que foi aprovada na referida lei, seguindo a carreira inicial de cada servidor, equivalente ao seu cargo na prefeitura. A Presidente, Vanderleia, exemplificou o caso dos agentes de endemias que atualmente têm sua insalubridade calculada em cima de um salário mínimo, e a partir dessa lei irão receber os 20% (vinte por cento), sobre seu salário base. Na oportunidade, o vereador Marven salientou que é importante estarem cobrando a questão do pagamento do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de endemias, pois Calçado é um dos municípios que não está pagando. Ao ser colocado em votação, **o Projeto de Lei nº 056/2025 foi aprovado por unanimidade.** O vereador Marven, registrou que existe um projeto de sua autoria que foi retirado de pauta, assim como as matérias dos demais colegas, que não pode deixar de mencionar, por ser de interesse de pessoas que estão em casa assistindo, que é o Projeto nº 032/2025, que altera a Lei Municipal nº 1.890/2014 e a Lei nº 2.490/2025, que trata sobre a suspensão dos direitos dos funcionários contratados do município. Mediante a isso, disse que gostaria de saber da Presidente e dos demais colegas, o que irão fazer sobre essa situação. Em resposta, a Presidente disse que encaminhou o projeto à comissão de justiça para análise quanto a sua constitucionalidade, por ser matéria de competência do Poder Executivo. Disse ainda que todos foram pegos de surpresa e que ninguém está feliz com o que está acontecendo. Na sequência, a Presidente abriu o uso da palavra aos pares, e o vereador Hebinho falou a nível de esclarecimento, que tendo sido o projeto encaminhado à comissão de justiça, darão celeridade para que seja votado na próxima sessão. **Palavra Franqueada:** Fazendo uso da Tribuna, a **vereadora Janaina** iniciou suas falas cumprimentando a todos, e informou que essa semana foi muito procurada pelos contratados de todas as áreas do município. Comentou que a preocupação comum entre os professores é a

portaria de nº 7.716/2025, que dispõe sobre os direitos laborais dos servidores temporários do município e até o momento leva a crer que pode resultar na perda de benefícios importantes para os trabalhadores. Falou que embora ainda não haja clareza dos impactos dessa medida, vem à tribuna fazer um apelo ao Executivo para que reavalie essa situação. Pediu que caso exista realmente qualquer risco de prejuízo aos nossos servidores, essa portaria seja revogada. Salientou que São José do Calçado é destaque pela primeira vez em Brasília, por ter sido um dos municípios pioneiros na implantação do ensino em tempo integral. Ressaltou também, que as leis aprovadas por essa Casa autorizando a contratação desses servidores em 2025, em nenhum momento mencionaram a retirada desses direitos, nem qualquer alteração nesse sentido, de modo, que a Câmara Municipal se mantém comprometida com a proteção dos direitos dos servidores. Pediu que a Presidente desta Casa, juntamente com a mesa diretora, estabeleça um canal de comunicação com o Executivo para que possam aprofundar o entendimento sobre as motivações e os impactos dessa portaria. Finalizou dizendo que reafirma mais uma vez o seu compromisso, sua postura e defesa dos servidores públicos municipais, sejam eles efetivos ou temporários. Disse que pautará sua valorização pela busca permanente de soluções que priorizem e que sirvam São José do Calçado, com dignidade e dedicação. Agradeceu a atenção dos colegas e disse que conta com a ajuda de todos para que possam fazer a diferença na vida das pessoas, e no momento, na vida dos servidores. Logo após, fez uso da palavra o **vereador Marven**, que iniciou manifestando sua opinião sobre a retirada das matérias de todos os vereadores da pauta e a sessão ter acontecido apenas com as matérias do Executivo. Considera que desse jeito a Câmara está andando para trás, regredindo o trabalho do Legislativo. Falou também sobre a questão da portaria retirando os direitos dos funcionários municipais, afirmando que isso não é nada de inconstitucionalidade, e sim porque o Executivo saiu contratando sem organização e planejamento. Pontuou ainda, que quem vai ser penalizado com essa situação é o comércio da cidade e toda classe dos trabalhadores temporários. Garantiu que como vereador que está hoje, e como cidadão, não vai aceitar essa Casa de Leis não tomar nenhuma atitude sobre isso, pois providências

precisam ser tomadas. Citou sobre a educação, argumentando que foram retirados muitos direitos dos professores ultimamente, como a regência de classe, direito ao 13º salário e direito de férias. Relatou que nas escolas está faltando material esportivo para os professores de educação física darem suas aulas e que por falta de máquina de xerox, as provas que haviam sido programadas para hoje não puderam ser aplicadas às crianças. Observou que estão vindo muitos recursos para nossa cidade, que fica muito feliz com isso e reconhece o trabalho, mas a questão humana está ficando esquecida. Declarou que se sente envergonhado de estar nessa Casa de Leis hoje, pois o mandato é muito difícil, de todas as maneiras, tanto psicologicamente, quanto de saúde, e ver essa Casa não fazer nada a respeito disso, priorizando somente o Executivo, não pode acontecer. Alegou que a harmonia faz parte do processo, porém, entende que independência tem que haver. Agradeceu a Deputada Federal Jaque Rocha, pelo envio de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) destinados ao Lar dos Idosos, e de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) destinados à educação para compra de mobília. Concluiu falando do compromisso que tem com o cidadão calçadense, não importando se é cargo de contrato, e que está aqui para defender seus direitos até o final. O próximo a usar a tribuna foi o **vereador Wallef**, que após cumprimentar a todos, disse que não vai aceitar políticos de nossa cidade quererem colocar a população contra os vereadores, como se tivessem culpa de situações que acontecem no município. Endossou o que foi explicado nas falas da vereadora Janaina, ao dizer que aprovaram as vagas para as contratações da mesma forma com que foram votadas nos anos anteriores, afirmando não ter havido nenhuma pegadinha aqui. Manifestou que não concorda com a questão da portaria e acredita que nenhum dos nobres vereadores concorde, mas por ter acessibilidade junto ao governo, tem abertura para solicitar. Disse que tentaram o diálogo, deram sugestões e acredita que ainda tem a possibilidade do Executivo os escutarem. Completou dizendo que não vai aceitar que coloquem na conta desta Casa o que acontece no município, pois prerrogativas como essas são do Executivo. Quis deixar bem claro para a população que não vai se acovardar diante dessa situação. Dando seqüência, o **vereador Hebinho**, disse que nessa Casa trabalham com responsabilidade e não tomam decisões para

prejudicar a vida de ninguém, nem o andamento da cidade e muito menos para prejudicar a vida dos servidores. Ressaltou que nenhum dos pares está satisfeito com essa situação e que precisam buscar soluções que contemplem todos os servidores afetados, para diminuir os efeitos colaterais dela. Destacou ter certeza que não tem ninguém feliz com essa questão e que os vereadores trabalham de forma conjunta para o desenvolvimento de nossa cidade. Disse também que não é de competência do vereador se acovardar, e que não fazem isso. Pediu que a população acredite que os vereadores estão trabalhando para resolver essa pendência dos servidores públicos, embora seja de competência exclusiva do Prefeito. Salientou que a autonomia que possuem é de buscar o diálogo para tentar resolver, mas que a decisão está com o prefeito, e o que foi decidido por ele não passou pelos vereadores. Finalizou dizendo que qualquer dúvida que o cidadão ou os servidores públicos tiverem, procurem os vereadores para tirarem suas dúvidas. Dando continuidade, o **Vereador Pedro Paulo** cumprimentou a todos e falou que assim como os demais vereadores, também recebeu muitas ligações, inclusive com ameaças, mas que essa Casa não trabalha sob pressão. Garantiu que essa câmara tem diálogo com o executivo e ter confiança que serão ouvidos. O **vereador Julierme** iniciou suas falas cumprimentando a todos, e dizendo que embora o momento esteja conturbado, queria deixar bem claro para todos os contratados e para a população calçadense, que têm o objetivo de buscar a melhor maneira possível para a resolução dessa situação. Frisou que têm compromisso com os servidores e com comércio local, pois o dinheiro que gera no município está sendo gasto aqui, e tem a certeza de que isso continuará acontecendo. Mencionou que espera em breve estar trazendo uma resposta positiva para os servidores, de forma que todos saiam contentes. Se colocou à disposição e destacou que a todo momento, o legislativo e o executivo buscam o melhor para São José do Calçado. A **Presidente Vanderleia**, também fez uso da Tribuna após cumprimentar a todos, fez a leitura das providências tomadas referente ao Projeto do vereador Marven, ora retirado da pauta: *“O Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Justiça para análise da constitucionalidade do mesmo, considerando que a matéria trata de servidor público, que é de competência do Poder*

Executivo propor tal matéria. Desta forma, entendo que existe a necessidade da análise da Comissão de Justiça para esclarecer se o projeto é constitucional ou não. Depois que a comissão analisar a constitucionalidade, o Plenário vai votar". Esclareceu que desde o primeiro dia que foi comunicado à Câmara, a situação do servidor, estão diretamente no gabinete do Prefeito, dialogando, tentando achar a melhor solução para os servidores. Lamentou que estão tentando jogar a culpa na câmara, de uma situação que é claramente matéria do Executivo e deixou sua solidariedade aos servidores contratados. Finalizou afirmando que estão trabalhando pelo melhor para os servidores. Ainda em tempo, vereadora Janaina lembrou que hoje se comemora o "Dia do Advogado" e parabenizou o Jurídico da Câmara e também da Prefeitura. O vereador Wallef e a Presidente também dirigiram congratulações aos advogados desta Casa e da Prefeitura pelo brilhante trabalho desempenhado no município. A Presidente informou que a próxima sessão ordinária será realizada no dia 25 de agosto, segunda-feira, às 19h, no Plenário da Câmara. Nada mais havendo a ser relatado, encerrou os trabalhos da presente sessão, e Julierme Costa de Almeida, 1º Secretário, lavra a presente ata que segue devidamente assinada.

Vanderleia Maria R. Rodrigues
Presidente da Câmara

Julierme C. de Almeida
1º Secretário